

# Novos Cenários Produtivos e a Educação Profissional: A Perspectiva das Centrais Sindicais 1

Neise Deluiz\*, Donaldo Bello de Souza\*\* e Marco Aurélio Santana\*\*\*

---

\* Neise Deluiz é Professora Adjunta aposentada da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). - E-mail: [ndeluiz@uol.com.br](mailto:ndeluiz@uol.com.br)

\*\* Donaldo Bello de Souza é Professor Assistente de Economia da Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). - E-mail: [donaldosouza@hotmail.com](mailto:donaldosouza@hotmail.com)

---

Sumário: O artigo buscou identificar o entendimento atual das três Centrais Sindicais (CUT, CGT e FS) sobre o processo de reestruturação produtiva em curso no país, suas implicações para a Educação Profissional e as formas de ação sindical neste novo cenário. Procurou-se, igualmente, analisar as concepções das Centrais sobre as relações entre Educação Geral e Formação Profissional, a Educação de Jovens e Adultos e a Educação Sindical. A análise dos posicionamentos das Centrais Sindicais evidenciou que ocorre um duplo movimento: de um lado, a separação estrutural e, de outro, a aproximação conjuntural em termos de encaminhamento de propostas. Os desafios postos pelo processo de reestruturação produtiva têm levado as Centrais a atuarem de modo incisivo e propositivo no mundo da educação, mas estas continuam enfrentando a questão de como se inserir nos debates e disputas de projetos no interior da sociedade, sem que isto represente a erosão de seus princípios político-ideológicos.

---

A partir dos anos 90, amplia-se e aprofunda-se no movimento sindical o debate com relação ao papel da Educação face ao novo contexto produtivo, aos vínculos entre Formação Profissional, trabalho e emprego, e às novas exigências de aumento de escolaridade e de qualificação profissional que recaem sobre os trabalhadores. O presente artigo objetiva apreender o entendimento atual das Centrais Sindicais — Central Única dos Trabalhadores (CUT), Confederação Geral do Trabalhadores (CGT) e Força Sindical (FS) — sobre o processo de reestruturação produtiva em curso no país, suas implicações para a Educação Geral e para a Formação Profissional, e as propostas de ação sindical neste novo cenário.<sup>2</sup>

De modo particular, procurou-se analisar a concepção das Centrais sobre a Educação Geral e Formação Profissional, a Educação de Jovens e Adultos e a Educação Sindical. Considerando os limites impostos a este trabalho, optou-se por desenvolver mais detalhadamente a primeira temática, em virtude de sua abrangência, enquanto as outras são analisadas de forma mais sintética.

## Reestruturação Produtiva e Propostas de Ação Sindical

A idéia de que o mundo do trabalho, em particular, e a sociedade, como um todo, passam por transformações radicais parece ser consensual nas avaliações efetivadas pelas três Centrais Sindicais. A distinção reside, justamente, na qualificação destas mudanças.

Enquanto a CUT<sup>3</sup> enfatiza os sérios riscos que o novo quadro tem trazido para os trabalhadores;<sup>4</sup> a FS<sup>5</sup> — ainda que timidamente assinala alguns problemas do novo cenário —, parece ver nele a possibilidade de espaços a serem utilizados pelos trabalhadores, no sentido de melhorarem suas condições de vida e de trabalho.<sup>6</sup> Por seu turno, a CGT<sup>7</sup> parte de uma análise semelhante à da CUT, porém como uma visão mais favorável acerca das possibilidades que teriam os trabalhadores de obter melhores espaços no novo quadro.<sup>8</sup>

Uma das grandes distinções entre as leituras e propostas formuladas pelas Centrais está no fato de que enquanto a CUT centra, fundamentalmente, sua análise e proposições na lógica do sistema, as outras acabam por centrar-se na perspectiva individual. Assim, ao passo que a CUT

procura combater a visão de uma "adequação" dos trabalhadores às "novas exigências",<sup>9</sup> buscando mesmo disputar as idéias-chaves do processo — como qualidade e produtividade —, as duas outras, principalmente a FS, indicam a necessidade de o trabalhador se potencializar no sentido de ocupar seus espaços no novo modelo. É por isso que raramente encontra-se a preocupação com a empregabilidade nos documentos da CUT, e quando ocorre é em sua forma crítica, a medida que é bem mais freqüente o tratamento da questão nas formulações das duas outras Centrais.

Diante do novo cenário produtivo, as Centrais Sindicais têm se empenhado não só em compreender o processo em curso, mas também, a partir deste entendimento, empreender formas de ação que as coloquem em posição favorável no sentido de defender o interesse dos trabalhadores frente aos impactos da reestruturação produtiva. Neste particular, a distinção entre as três Centrais diz respeito ao fato de que, enquanto FS e CGT, aquela mais enfaticamente do que esta, tomam como dado os marcos da mudança corrente, buscando uma maior adequação à mesma, a CUT tenta reverter os fundamentos do processo, impondo-lhe outra trajetória. Assim, as duas primeiras Centrais, acabam por colocar sobre os trabalhadores uma maior responsabilidade de adaptação aos novos tempos e, da mesma forma, sobre os riscos que daí decorrem.

A CUT — com leituras e propostas mais abrangentes do que as das outras duas Centrais — assume uma perspectiva crítica, abordando de forma mais aprofundada o desenvolvimento e os impactos do processo de reestruturação produtiva em curso. Em termos de alternativas, a CUT não só aponta a importância da negociação nas mais diversas esferas, como também enfatiza a dimensão organizativa e mobilizatória, instrumentos fundamentais e indispensáveis à barganha por parte dos trabalhadores.<sup>10-11</sup>

Não obstante, podem-se detectar certas áreas consensuais entre as Centrais Sindicais. A CUT<sup>12-13</sup> e a CGT,<sup>14</sup> por exemplo, defendem ampla mobilização contra o desemprego, o qual consideram um dos frutos mais cruéis de todo o processo. Ao mesmo tempo, fica patente na proposta das três Centrais, ainda que diferenciadamente, a idéia de que os trabalhadores podem e devem se apetrechar para os novos tempos, se qualificando profissionalmente. E aí, a educação — geral e específica — passa a jogar um papel destacado na proposição das três Centrais Sindicais.

Um outro ponto de destaque na leitura e propostas das Centrais é aquele que trata da questão do Estado e seu papel social. Para a CUT<sup>15</sup> e a CGT,<sup>16</sup> assumem importância as formulações que indicam a necessidade da democratização do Estado, da manutenção de seus investimentos na área social e de uma valorização do setor público. Por sua vez, a FS<sup>17</sup> assinala a necessidade de uma reformulação geral nos espaços direta ou indiretamente sob controle do Estado. Esta reformulação deve incorporar, entre outras, uma política de qualificação para seu funcionalismo e a privatização de alguns de seus setores.

No entender das Centrais, mais marcadamente da CUT<sup>18</sup> e da CGT,<sup>19</sup> o Estado teria papel preponderante na tentativa de reduzir os efeitos perversos das transformações. Seria através desta intervenção que os trabalhadores poderiam ver garantidos seus direitos básicos como produtores e cidadãos, resguardando-se das possibilidades negativas trazidas pelo novo quadro.

Além disso, é sensível a preocupação das Centrais no que diz respeito à ampliação e ocupação dos espaços institucionais de debate e definição das políticas sociais. Neste sentido, têm crescentemente participado de fóruns<sup>20</sup> que antes ficavam restritos a empregadores e representantes do Estado.<sup>21-22-23</sup> Esta intervenção tem garantido o suporte para diversos projetos na área sindical, utilizando recursos que, até então, estavam distantes de seu alcance.

Além das questões gerais relacionadas ao enfrentamento da reestruturação produtiva, surgem temáticas mais específicas que acabam por impactar a vida política interna das Centrais em termos de propostas de ação. Uma destas temáticas vem apresentando crescente interesse e relaciona-se à questão de gênero. Tanto no caso da CUT,<sup>24</sup> quanto no da CGT,<sup>25</sup> pode-se perceber como tal questão acaba por trazer uma radicalidade maior na análise do novo quadro. As novas temáticas — a questão de gênero, dos jovens em busca do primeiro emprego, do meio

ambiente e outras — , apontam para a dificuldade que as Centrais têm não só para incorporá-las de forma efetiva em suas preocupações, mas também para encaminhar políticas de ação sindical a elas relacionadas.

Assim, para além das diferenças existentes, as Centrais vão tentando enfrentar o novo cenário no qual se encontram. Certamente, o movimento sindical terá de lidar com desafios quantitativa e qualitativamente bastante distintos daqueles que enfrentou ao longo de sua história. Isto porque, não só as condições de vida e trabalho dos trabalhadores e o próprio mundo do trabalho parecem estar em cheque, como também a sobrevivência de suas organizações de representação. Um dos desafios em questão refere-se à ação das Centrais no campo da educação.

Há um ponto de partida consensual entre as três Centrais de que a educação, quer geral, quer profissional, não é apenas uma tarefa exclusiva do Estado e do patronato, cabendo, igualmente, aos trabalhadores. Neste sentido, as Centrais afirmam que estariam em vias de superar as limitações históricas impostas à configuração do movimento sindical brasileiro, em virtude de estarem atualmente abarcando as questões educacionais no mesmo grau de importância reservado às suas outras linhas de ações. Apesar disto, as Centrais Sindicais irão diferenciar-se justamente no que diz respeito às formas de incorporação e às propostas de ação em torno das questões educacionais, conforme será visto mais adiante.

De antemão, considerando os pressupostos político-ideológicos que sustentam as visões das Centrais, é possível afirmar que a CUT,<sup>26</sup> por tomar como princípio a crítica ao neoliberalismo, refuta o ajuste da educação aos interesses empresariais. Nestes termos, a Central entende que o ajuste em questão se configura em mais uma estratégia daquela classe em deter o controle da educação e da qualificação profissional do trabalhador. Espelha, portanto, o perfil contra-hegemônico de sua linha de ação sindical. A CGT<sup>27</sup> declara estar compromissada com uma educação para a transformação da realidade social brasileira, enquanto que a FS<sup>28</sup> diz-se empenhada em elevar a qualificação profissional e o nível de ensino dos trabalhadores, de acordo com as exigências postas pelo processo de reestruturação produtiva.

## Educação Geral e Formação Profissional

No tocante ao conjunto de ações efetivadas pelas Centrais Sindicais, a partir das leituras por elas realizadas acerca das transformações em curso no mundo do trabalho, é possível afirmar que o tema da Educação Geral e Formação Profissional dos trabalhadores passa a assumir, no movimento sindical, papel de destaque que até então não possuía. Sendo um tema fundamental da problemática em questão, caberia aqui analisá-lo mais detidamente, verificando de que forma as Centrais se posicionam a respeito.

## O Entendimento da Central Única dos Trabalhadores

Diante das especificidades do desenvolvimento capitalista contemporâneo, caracterizado pela difusão das políticas de ajuste neoliberal, de defesa do Estado mínimo e de enfraquecimento da capacidade do Estado no financiamento de diversos serviços, a CUT<sup>29</sup> enfatiza o fato de que se torna cada vez mais crescente a desqualificação da esfera pública e, em conseqüência, a disseminação de apologias ao plano privado e à descentralização enquanto mecanismos de democratização e de eficiência.

Segundo a entidade, os reflexos desse contexto na educação têm levado alguns setores do empresariado a buscarem ajustar a educação aos interesses das empresas, especialmente pela via da elaboração de propostas que visam a colaboração destas com o setor público na área de Educação Básica. Para a CUT,<sup>30</sup> tal situação reflete "... mais uma investida neoconservadora para implantar critérios empresariais de eficiência, de 'qualidade total', de competitividade em áreas incompatíveis com a lógica do mercado e do lucro — como educação e saúde..."<sup>31</sup>

A proposta de resolver o problema do desemprego através da educação e do ensino profissionalizante resume-se, segundo a CUT<sup>32</sup>, em uma "falácia ideológica, veiculada no discurso de setores governamentais e empresariais...". Uma das implicações ideológicas sobre a vinculação da educação à problemática do emprego é apontada pela Central como sendo a noção

de Empregabilidade: concepção, que passa a orientar as políticas de Formação Profissional da nação, condicionando a possibilidade de emprego àqueles que melhor se encontrem adequados às necessidades das empresas e, a um só tempo, que financiem individualmente sua própria formação.<sup>33</sup>

A posição sustentada pela Central é que se deve combater o desemprego através de seus aspectos estruturais, e não por intermédio de propostas que reduzem o ensino profissional ao "mero adestramento de mão-de-obra para o mercado."<sup>34</sup> Não obstante, a entidade afirma que elementos mais imediatos do desemprego devem ser enfrentados, mesmo que, para a implantação efetiva de soluções, dependam de mudanças nas políticas públicas. Nessa vertente, a instituição sublinha duas diretrizes aprovadas pelo 5º Congresso Nacional da Central Única dos Trabalhadores (CONCUT)<sup>35</sup> que apresentaram desdobramentos, embora limitados, no âmbito institucional: a ampliação do atendimento aos desempregados, incluindo um Programa de Requalificação Profissional <sup>36</sup> com o gerenciamento por comissões estaduais tripartites de emprego, e a criação de um Programa de Geração de Emprego e Renda.

Em termos práticos, a Central e/ou seus sindicatos vêm procurando participar de espaços institucionais destinados à deliberações sobre o financiamento de políticas de emprego, como o CODEFAT, o SINE dos Estados e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).<sup>37</sup>

No plano do sistema regular de ensino a CUT<sup>38</sup> combate, por um lado, concepções de Formação Profissional como um tipo de ação destinada àqueles que fracassaram na escola regular e refuta, por outro lado, o caráter demasiadamente generalista e teórico do ensino médio, isento de quaisquer vinculações com as questões práticas da realidade do trabalho. Para a entidade, estes enfoques espelham a dicotomia imanente às sociedades capitalistas industriais: a cisão entre teoria e prática, agravada, no caso particular do Brasil, pelo desprezo ao trabalho manual.

No âmbito da Formação Profissional a CUT propõe, ainda, que se recusem enfoques que a reduzam ao adestramento, ao treinamento ou à mera garantia de promoção da competitividade dos sistemas produtivos. Para a Central, isto significa afirmar que a Formação Profissional não pode se restringir à mera preparação técnico-instrumental, devendo buscar a integração desta dimensão à transmissão de conhecimentos científicos e tecnológicos, aos conhecimentos gerais sobre a sociedade e a cultura, de modo que viabilizem "o encontro (sistemático) entre cultura e trabalho e possibilitem a compreensão da vida social, da evolução técnico-científica, da história e da dinâmica do trabalho."<sup>39</sup> É sublinhado que a discussão do ensino profissional e da educação deve estar vinculada "à luta pelo salário digno, liberdade de organização no local de trabalho e garantia de emprego."<sup>40</sup>

O pressuposto da CUT é que o ensino profissional se constitui em patrimônio social, em um saber sobre as realidades social e de trabalho devendo, por isto, estar sob a responsabilidade dos trabalhadores, integrado ao sistema regular de ensino e "na luta mais geral por uma escola pública, gratuita, laica, unitária e de qualidade para toda a população."<sup>41</sup> Estas seriam as condições indispensáveis para a intervenção dos trabalhadores nas relações de trabalho e no controle do próprio mercado de trabalho.

De acordo com a CUT, o ensino profissional deve, na perspectiva da classe trabalhadora, contribuir para uma formação tecnicamente competente e politicamente comprometida com a luta pela transformação da sociedade. Por isso, a educação orientada para o trabalho é conceituada pela entidade, a um só tempo, como Educação Profissional e Educação Política.

Seguindo a vertente da concepção politécnica de educação, a Central afirma que as necessidades sociais por Formação Profissional exigem a adoção de políticas que respondam às demandas gerais dos trabalhadores por outras formas de profissionalização, que estejam integradas ao sistema regular de ensino e à luta pela universalização de uma escola pública, gratuita, laica, unitária e de qualidade.<sup>42</sup>

A dimensão pública e gratuita é caracterizada pela CUT através da defesa de que o Estado deve

assumir diretamente o ensino profissional, porém em concomitância com a efetiva participação da sociedade e, em particular, dos trabalhadores na definição, gestão, acompanhamento e avaliação das políticas e dos programas de Formação Profissional governamentais e/ou privados — aqueles ministrados pelo Sistema "S".<sup>43</sup> Cabe observar que no 6º CONCURTO<sup>44</sup> este posicionamento é reiterado, e nele a Central propõe a criação de um "Fundo Nacional de Geração de Emprego e Educação Profissional" a ser gerido de modo tripartite, sendo responsável pela aplicação das políticas públicas à reciclagem profissional, à intermediação de mão-de-obra, ao seguro-desemprego e à geração de empregos.

A laicidade corresponde à exclusão no processo educacional dos aspectos religiosos. Para a CUT, não caberia à escola tratar de credos, mas do conhecimento científico, embora devendo respeitar a heterogeneidade religiosa do país. O caráter unitário, de base científica, tecnológica e politécnica, teria o trabalho como princípio educativo, organizador do Sistema Nacional de Ensino, da estrutura escolar, de seus currículos e métodos.<sup>45</sup>

A CUT reivindica, ainda, a universalização do ensino médio, sobretudo, por intermédio de políticas governamentais de crescimento de vagas na rede pública e, especialmente, pela democratização e revitalização das Escolas Técnicas de nível médio. Essas escolas são consideradas pela entidade como promotoras de uma Formação Profissional abrangente e de bom nível, não sendo, portanto, incompatíveis com os requisitos da produção atual, tampouco com a inserção do jovem na sociedade moderna em transformação.<sup>46</sup>

A Central considera a necessidade de se rediscutir a organização do ensino técnico no país e, seguindo a perspectiva sugerida pela Associação Internacional da Educação (AIE), reafirma sua disposição em se empenhar na proposição de formas de integração do ensino geral secundário e do ensino profissional técnico para a constituição da educação integral ou politécnica.

Do ponto de vista das iniciativas concretas da instituição no campo da Educação Profissional, mais recentemente a entidade criou a chamada Rede Nacional de Formação, que visa assegurar a "realização de um trabalho de formação amplo, planejado, sistemático, integrado e qualificado, em todos os níveis da Central, capaz de atingir desde a organização de base até as instâncias e direções nacionais".<sup>47</sup>

Elemento chave da Política Nacional de Formação atual da CUT, a Rede Nacional de Formação pretende se consolidar pela composição do conjunto das iniciativas, equipes, coletivos, secretarias, departamentos e escolas que realizam formação no interior da Central, em âmbito nacional, regional, estadual, micro-regional e local.

O exame dos documentos relativos à Rede em questão indica que as ações da Central no campo educacional tendem à integração, rompendo cisões, por exemplo, entre ações como de Pesquisa, de Educação Profissional, de Educação Sindical e de Formação de Formadores. Um exemplo típico de iniciativa afim com esta nova concepção de educação da CUT, resultante do acúmulo de sua experiência no âmbito de sua Política Nacional de Formação, é o Projeto Formação Integral.<sup>48-49-50</sup>

A Central objetiva com o Projeto Formação Integral participar e contribuir para o debate sobre a constituição de um sistema público de emprego e de Formação Profissional; concorrer para a formulação de propostas de Formação Profissional e de alternativas de geração de emprego e renda; e articular as ações sindicais no campo da Formação Profissional, orientando a atuação dos cutistas frente, de um lado, às políticas e iniciativas públicas e, de outro, aos projetos de Requalificação Profissional desenvolvidos pelas estruturas verticais e horizontais da entidade.<sup>51</sup>

Entretanto, o programa de Formação Profissional que tem maior visibilidade no interior da CUT é o Programa Integrar,<sup>52</sup> desenvolvido pela Confederação Nacional dos Metalúrgicos (CNM) e a própria CUT.<sup>53</sup> Este Programa envolve duas linhas de ação: a formação dos trabalhadores empregados e a requalificação dos desempregados. Quanto aos empregados, o Programa visa identificar, a partir da realização de Pesquisa Participativa junto a 15 empresas e cerca de 30.000 trabalhadores, percursos formativos adequados às necessidades dos trabalhadores a serem

negociados junto às empresas pesquisadas. No que tange aos desempregados, o Programa tem como princípios, entre outros, a articulação dos planos: da formação, da ação, da construção da cidadania e do fortalecimento do movimento sindical; a vinculação da Formação Profissional com a certificação de 1º grau; o resgate e a valorização do saber do trabalhador; e a busca da interdisciplinaridade no processo de formação desenvolvido.<sup>54</sup>

## O Entendimento da Confederação Geral dos Trabalhadores

Além de considerar as transformações político-econômicas inerentes ao processo de globalização e as mutações correntes no mundo do trabalho, a CGT inclui em sua pauta de discussão questões relativas à exclusão social e à má distribuição de renda no país. Justifica suas iniciativas no campo da educação em face da necessidade de transformação da realidade social brasileira: "A CGT está comprometida em propor um projeto de mudança através da educação. Sua essência é a busca contínua de aprimoramento profissional/pessoal".<sup>55</sup> Neste sentido, é indicado pela Central que os sindicatos se vêem, também, empenhados em estabelecer uma nova prática, prática esta que extrapola, de um lado, os limites impostos por sua configuração histórica enquanto mecanismo destinado às negociações salariais e, de outro lado, sua tradição eminentemente reativa.<sup>56</sup>

Inicialmente é possível afirmar que a ênfase do novo papel a ser jogado pela CGT não se encontra, necessariamente, concentrado no atendimento às estritas demandas de Formação Profissional segundo as exigências pontuais do mercado de trabalho. A entidade advoga a conversão da educação em "chave para o desenvolvimento humano"<sup>57</sup>, objetivando atender sujeitos e sociedade através de propostas pautadas no "desenvolvimento integral do indivíduo", de modo que possibilite sua capacitação para o "pleno exercício da cidadania."<sup>58</sup>

De acordo com a CGT,<sup>59</sup> a "formação integral do indivíduo" encontra-se dependente da promoção de políticas educacionais compartilhadas entre a própria entidade e os diferentes segmentos da sociedade — diretamente ou através de convênios com órgãos públicos ou privados, por intermédio de cursos de formação, qualificação e requalificação profissional — que visem o atendimento, entre outras esferas, de uma política de geração de empregos atrelada aos investimentos na empregabilidade.

Apesar de a Central vincular a empregabilidade do trabalhador a uma política pública que favoreça a criação de empregos, não se detém nos aspectos ideológicos que perpassam aquela noção. Não explicitando que políticas públicas deveriam ser implantadas, a empregabilidade e a qualidade passam a assumir papel determinante nos projetos educacionais da CGT, contrariando postulados anteriores.

Através de sua Secretaria de Educação e Formação, a CGT julga que o desenvolvimento da empregabilidade é possível de ser realizado por meio de ações diferenciadas e, ao mesmo tempo, complementares, nos campos da: Educação Formal Básica de Jovens e Adultos, Educação e Formação Profissional e, ainda, da Formação Sindical. Estes campos, traduzidos em termos práticos na forma de programas da Central, são colocados como estratégicos para a formação integral do homem, "possibilitando tanto o seu desenvolvimento particular e individual, quanto coletivo".<sup>60</sup>

Em particular no tocante aos Programas de Educação Formal Básica de Jovens e Adultos, em seus diferentes níveis, a CGT os justifica tendo em vista, de um lado, que a Educação Formal se liga "diretamente à noção de cidadania e constitui-se em um direito universal sem o qual torna-se difícil garantir os direitos humanos"<sup>61</sup> e, de outro lado, que "esta etapa (inicial) do processo educativo assumiu papel Central a partir das novas exigências colocadas pelo sistema produtivo, objetivando a qualidade."<sup>62-63</sup>

No que se relaciona à Educação Geral e à Formação Profissional, a CGT argumenta que a integração de ambas deve estabelecer a orientação fundamental para as suas iniciativas na área de Educação Profissional: "... daí a ênfase que tais programas devem atribuir ao desenvolvimento

de habilidades básicas, além do conhecimento profissional específico."64 A Educação Básica é vista pela entidade como elemento imprescindível para a qualificação profissional nas atuais condições do mercado de trabalho, e a Educação Média (2º Grau) como o patamar mínimo desejável de escolaridade para a classe trabalhadora.

Os Programas de Educação e Formação Profissional são apresentados pela CGT como atividades que visam contemplar os requerimentos postos pelo mundo do trabalho contemporâneo, sem perder de vista os interesses individuais e coletivos dos trabalhadores. Neste sentido, a Central se dispõe a propor diretrizes e linhas de ação para a Política Nacional de Educação Profissional e, sobretudo, a desenvolver novas experiências que sirvam de base para a proposição de novas políticas de capacitação profissional.

Em seu 4º Congresso Nacional<sup>65</sup>, a entidade já apontava para a importância do desenvolvimento de uma nova política de Formação Profissional articulada, de modo consistente, à reforma do sistema SENAI/SENAC/SENAR<sup>66</sup> e aos programas de requalificação baseados em recursos do FAT, de modo que os trabalhadores pudessem, através de suas entidades, participar da gestão do sistema de Formação Profissional.<sup>67</sup>

No âmbito da proposição de novas experiências na área de Educação e Formação Profissional, a CGT se pauta em linhas de ação que compreendem três programas básicos, associados ao seu Programa de Educação para a Competitividade. (DIEESE)<sup>68</sup> O primeiro, relacionado ao Programa de Requalificação Profissional, encontra-se destinado a trabalhadores adultos desempregados, possuindo curta duração (até 4 semanas) e média duração (até 24 semanas). O segundo remete ao Programa de Capacitação Profissional de Jovens, que visa aqueles de Baixa Escolaridade (até 1º Grau completo) ou que não possuam acesso ao sistema formal da capacitação profissional. Segue-se a estes o Programa de Desenvolvimento Profissional Contínuo — PDPC, voltado para trabalhadores das categorias e bases cobertas pela entidade.<sup>69-70</sup>

Além desses programas, a CGT busca promover atividades de planejamento permanente direcionadas para o monitoramento do mercado de trabalho. Estas atividades visam captar informações que subsidiem a organização de seus programas de capacitação profissional propriamente ditos e, ainda, que sirvam para a formulação de propostas destinadas à reforma e ao aperfeiçoamento das políticas nacional e estaduais de Educação Profissional, bem como de outras instituições (Sistema "S", Escolas Técnicas estaduais e federais, e escolas profissionalizantes privadas), fato este que reitera a consideração anteriormente feita de que a Central busca vincular seus programas educacionais às necessidades do mercado.

Seguindo a mesma política que orienta os outros programas da entidade, as ações da CGT em Educação e Formação Profissional se pautam na descentralização, de modo que venha atender as necessidades de cada realidade setorial e regional do país. Sob esse aspecto, os sindicatos filiados à entidade são considerados a base principal da descentralização pretendida.<sup>71</sup>

Considerando que a Educação e Formação Profissional se coloca como aspecto fundamental na vida dos trabalhadores, a CGT assinala que o tema deve ocupar papel de igual importância na Educação Sindical<sup>72</sup>, especialmente se consideradas as ações em torno da Formação de Formadores. Do mesmo modo, a Educação e Formação Profissional conta com componentes contínuos de Educação Sindical em seu conteúdo, onde são privilegiados os temas de maior relevância para os trabalhadores.

## O Entendimento da Força Sindical

A FS considera que as transformações decorrentes da globalização econômica, em paralelo àquelas que se verificam no mundo do trabalho, acarretam, de um lado, a elevação das exigências em torno da qualificação profissional e do nível de ensino e, de outro lado, tornam o trabalho inacessível para um grande contingente de trabalhadores que "não se preparam para tais exigências."<sup>73</sup> No primeiro caso é destacada a importância da Formação Profissional e da escolaridade básica para a empregabilidade enquanto que, no segundo caso, a precariedade das possibilidades de trabalho, no sentido da expansão da atividade informal, é apontada como

resultante do não preparo do trabalhador segundo os novos requisitos do mundo produtivo moderno.<sup>74</sup>

Assim, a FS salienta a importância de seu envolvimento na Educação Profissional — produto de uma relação complementar entre a escolaridade básica e a Formação Profissional — a partir da necessidade dos sindicatos criarem condições que corroborem para a empregabilidade do trabalhador. Contudo, a garantia da empregabilidade não é declarada pela FS apenas como dependente das ações sindicais na área da Educação Profissional mas, também, enquanto ação paralela à criação de políticas públicas de educação, de emprego e de desenvolvimento regional.<sup>75</sup>

Segundo a FS,<sup>76</sup> a formulação de políticas públicas deve passar pelo conhecimento da realidade a ser atingida, o que pressupõe, para a FS, que os organismos públicos aperfeiçoem seu sistema de estatísticas sobre o mercado de trabalho e a Educação Profissional, divulgando informações que permitam a compreensão sobre as tendências daquele mercado e sobre o perfil dos trabalhadores por ele absorvidos e excluídos: "Só isso possibilitará a construção de programas que atendam às exigências destas tendências e não continuem qualificando os trabalhadores para processos produtivos em extinção".<sup>77</sup>

A entidade afirma que os programas de Formação Profissional vinculados às políticas de emprego, através de projetos emergenciais ou não, que forem financiados com recursos de fundos sociais, devem estar baseados em diagnósticos e análises das respectivas realidades regionais, procurando sempre atingir, também, o contingente de trabalhadores que se encontram em situação de exclusão social, de forma a aumentar as possibilidades de igualdade social. Devem, ainda, ter seus critérios e metas definidos através das comissões estaduais e municipais tripartites de emprego, o que implica a participação efetiva das entidades representativas dos trabalhadores.

As propostas da FS para a formulação de políticas públicas de Formação Profissional incluem, também, a execução de programas emergenciais de formação que atendam as diferentes realidades regionais e setoriais, sempre considerando a existência de conteúdos de formação voltados para a cidadania e a operacionalização de programas de qualificação e requalificação profissional modulares e flexíveis, que possam contribuir para elevar os patamares de escolaridade e de qualificação profissional dos trabalhadores.

Levando em consideração a conjuntura atual, a FS declara desenvolver ações educacionais que visam tanto os seus dirigentes sindicais, quanto os seus representados. No que tange aos seus representados, a FS argumenta que a tradição do movimento sindical brasileiro tendeu a considerar a Formação Profissional como uma atribuição exclusiva do Estado e do patronato, mas que recentemente houve o reconhecimento de que sua discussão, particularmente no que diz respeito à formulação de propostas na área, também deve ser assumida pelas entidades sindicais. Esta nova situação é justificada pela Central, ponderando que os sindicatos são entidades que apresentam condições singulares de arregimentar os trabalhadores a serem beneficiados pelos programas educacionais, assim como de definir, tanto empiricamente quanto por intermédio de pesquisas, os setores que podem absorvê-los.<sup>78</sup>

A FS chama a atenção, ainda, para o fato de que muitos de seus sindicatos lograram êxito em experiências na área de Formação Profissional dirigida para a Empregabilidade, seja em virtude da constituição de suas próprias escolas, seja em função das parcerias estabelecidas com entidades educacionais e com outras instituições.<sup>79</sup>

Considerando os aspectos acima postos, é importante ressaltar que não se evidenciam na perspectiva da FS enfoques críticos sobre as demandas colocadas à educação pelo processo de reestruturação produtiva contemporânea. Em consonância com o discurso dominante, a Central tende a naturalizar os acontecimentos político-econômicos da atualidade, apontando para a necessidade de adaptação da educação e dos trabalhadores às novas exigências do mercado. Deixando de analisar os determinantes estruturais do desemprego moderno, a FS desloca o problema para o âmbito das possíveis deficiências educacionais, gerais e/ou específicas, do



trabalhador.

Como forma de enfrentar os desafios do contexto atual, a FS assinala a importância da integração entre os sistemas produtivo e educacional, no sentido de que a Formação Profissional e a escolarização, juntas, respondam "aos problemas de competitividade das empresas, da exclusão social e da geração de empregos."<sup>80</sup>

Enquanto atividade complementar à escolaridade formal, a Formação Profissional é considerada pela FS como tendendo, cada vez mais, à condição de Educação Profissional. É vista, ainda, como fator que integra o mundo do trabalho, como direito atinente a todos os trabalhadores, capaz de propiciar o enriquecimento pessoal, se portando, ainda, como instrumento básico para o exercício da cidadania.<sup>81</sup>

Por defender uma Educação Profissional, e não necessariamente uma Formação Profissional desarticulada do sistema regular de ensino, a FS reafirma a importância do papel desempenhado pela escola pública, gratuita e de qualidade, de forma a permitir que o trabalhador eleve permanentemente seu patamar de escolaridade.<sup>82</sup>

Do ponto de vista das iniciativas concretas da Central na área, é importante destacar seu Programa de Educação Profissional, iniciado em agosto de 1997, que conta com recursos do FAT (FS).<sup>83</sup> Tal programa visa à qualificação e requalificação de trabalhadores em diversos setores da atividade produtiva, através de três linhas de atuação básicas: a realização de Cursos de Qualificação Profissional, o desenvolvimento de Projetos Especiais e a promoção de Seminários. Objetiva, com isto, "facilitar sua inserção [a do trabalhador], reinserção e/ou manutenção no mercado de trabalho".<sup>84</sup> Contempla, entre diversos aspectos, o aprimoramento profissional dos participantes e seu acesso aos conhecimentos relativos aos novos processos de trabalho, decorrentes dos avanços tecnológicos em curso no mundo da produção.

Os Cursos de Qualificação Profissional foram ministrados pela Central e por seus sindicatos, tendo sido, basicamente, de informática, voltados para os setores metalúrgico, vestuário/têxtil, construção civil, comércio, alimentação e rural, que atenderam, em 1997, a trabalhadores em seis estados do país — São Paulo, Paraná, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Amazonas e Rio Grande do Sul.<sup>85</sup> Neste período, outros setores também foram contemplados: construção civil, brinquedos e hotelaria.<sup>86</sup>

A segunda linha de atuação da FS no Programa de Educação Profissional são os Projetos Especiais que, em 1998, foram em número de oito: Tendências da Reconversão Profissional na Grande São Paulo; Banco de Informações sobre Formação Profissional; Centro de Apoio e Referência ao Emprego; Negociação das Novas Competências, Educação e Trabalho; Capacitação e Orientação Profissional para Jovens, Desenvolvimento de Metodologia para Elaboração de Material Didático; e Formação de Gerenciadores de Projetos de Formação Profissional.<sup>87-88</sup>

A terceira linha de atuação da FS em seu Programa de Educação Profissional são os Seminários. Fundamentalmente visam suscitar, no interior da Central, a discussão acerca de diversos temas, podendo, também, se constituírem em seminários conclusivos de um determinado Projeto Especial, de onde saem as decisões sobre as ações sindicais relativas àquela temática, alvo do projeto.<sup>89</sup>

Apesar de a FS defender uma maior articulação entre a Educação Geral e a Formação Profissional, de fato o que ocorre é o atrelamento de ambas às necessidades imediatas do mercado de trabalho. Preocupada em atender às demandas dos setores produtivos da economia, as propostas educacionais da Central não parecem resolver a dicotomia entre educação geral e específica. Ao contrário, conduzem ao risco de redução dos conteúdos genéricos da educação à especificidade das ocupações demandadas pelo mercado.

## Educação de Jovens e Adultos

A presença das três Centrais Sindicais no campo da educação se faz notar também em termos da

Educação de Jovens e Adultos. No tocante à CUT,<sup>90</sup> a entidade propõe a criação dos Centros Públicos de Ensino Profissional 91 e a instituição de um Programa de Renda Mínima Nacional.<sup>92-93</sup> Já a CGT,<sup>94</sup> propõe o Programa de Educação Formal Básica para Jovens e Adultos.<sup>95</sup> No caso da FS,<sup>96</sup> embora esta reconheça a ausência de políticas públicas globais e específicas voltadas para a população jovem do país, não se observa a formulação de propostas de intervenção direta ou indireta da Central na problemática.<sup>97</sup>

Em termos gerais, o confronto das propostas da CUT e da CGT na área de Educação de Jovens e Adultos permite uma observação fundamental, traduzida no grau de extensão e equilíbrio intrínseco às duas propostas: a da CUT, embora apresente certa dispersão quanto às modalidades de cursos propostos, exprime maior especificidade no que tange ao atendimento dos diversos segmentos de trabalhadores afetados pelo processo de reestruturação produtiva. Enquanto isto, a proposta da CGT, relativamente menos articulada à heterogeneidade de sua clientela, denota maior unidade, especialmente se levadas em consideração as diversas formas de suplência do ensino fundamental, assim como a associação direta deste último à Educação Profissional e Sindical.

### Educação Sindical

Há consenso entre as três Centrais em torno da importância estratégica que a Educação Sindical assume no enfrentamento do panorama atual do mundo produtivo. A concepção vigente é a de que esta deve se dar articuladamente à formação geral, à formação profissional, à formação cultural e à formação de formadores.<sup>98</sup>

No que concerne à CUT,<sup>99</sup> é possível afirmar que suas iniciativas atuais no campo da Educação Sindical vêm contemplando fortemente diversas questões relativas à reestruturação produtiva, seja pela via da realização de diagnósticos e pesquisas globais e setoriais, seja por intermédio da organização e promoção de seminários e cursos. Em seu conjunto, estas atividades ocorrem de modo integrado a organismos nacionais e internacionais, articulando-se à capacitação dos trabalhadores para que intervenham no plano das políticas públicas de educação e emprego, assim como no processo de reestruturação produtiva.<sup>100</sup>

O enfoque proporcionado pela CGT à Educação Sindical se direciona à capacitação de dirigentes e assessores sindicais para a compreensão dos fenômenos sociais, econômicos e políticos contemporâneos, de modo que venha contribuir para a consolidação de novas formas de ação sindical. Em suas três linhas básicas de desenvolvimento, percebe-se que a proposta da Central visa não apenas atender os desafios imediatamente postos pelo processo de reestruturação produtiva ao movimento dos trabalhadores mas, de modo amplo, preparar continuamente seus dirigentes e assessorias para a percepção de mudanças estruturais e conjunturais em um leque relativamente amplo de problemas relacionados à cultura, à economia, à política, e a várias outras temáticas.<sup>101</sup>

A FS<sup>102</sup> objetiva a capacitação de suas lideranças e assessorias para negociações em torno da reestruturação produtiva, da Educação Profissional e da escolaridade fundamental do trabalhador no conjunto das pautas de reivindicações e de campanhas salariais, em nível das empresas, das categorias e dos setores que a Central representa.<sup>103</sup>

Além das ações particulares, as Centrais participam, de forma integrada, em programas e ações destinadas à Educação Sindical, decorrentes da utilização conjunta de recursos públicos destinados àquela finalidade. O Programa de Capacitação de Dirigentes e Assessores — PCDA,<sup>104</sup> elaborado pela CUT, CGT e FS e Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), em convênio com o Ministério da Indústria, Comércio e Turismo (MCT) e o Ministério do Trabalho (MTb), se porta como exemplo típico desta articulação entre as Centrais.

### Considerações Finais

A análise relativa à posição das Centrais face aos processos em curso evidenciou que ocorre um duplo movimento. De um lado, a separação estrutural e, de outro, a aproximação conjuntural.

Do ponto de vista da separação estrutural, pode-se detectar que a CUT parte sempre de uma perspectiva geral, pautada por uma crítica à lógica mais ampla do sistema, o que lhe garante um posicionamento mais radicalizado. Já a FS, de forma relativamente mais marcada, parte sempre da idéia de uma maior adequação e utilização dos espaços existentes, o que lhe confere um posicionamento menos radicalizado. Por sua vez, a CGT assume uma postura eqüidistante, exprimindo a mescla da visão defendida pelas outras duas Centrais.

Entretanto, do ponto de vista da aproximação conjuntural, não foi difícil distinguir pontos de convergência entre as três Centrais que, em certa medida, refletem tensões internas entre os planos discursivo e o das proposições, entre a esfera do dito e do feito, entre a elaboração teórica do discurso e o encaminhamento de propostas práticas.

Este processo de separação e aproximação indica um ponto importante no que diz respeito à dinâmica da posição das Centrais diante das mudanças que vêm ocorrendo no mundo do trabalho e suas implicações para a vida dos trabalhadores. Ao mesmo tempo em que mantêm-se em suas posições particulares, lutando para efetivá-las, as Centrais, apesar das sérias divergências e disputas, não se furtam, quando pertinente, a trabalhar, pela via da negociação, em diferentes fóruns públicos e institucionais, no sentido de atingir o consenso e o agrupamento de forças em torno de propostas e ações conjuntas.

No enfrentamento dos dilemas e dos novos desafios trazidos no bojo dos tempos que correm, as três Centrais Sindicais têm lançado mão de instrumentos que vão desde a luta reivindicativa mais imediata, até a busca de um maior aprimoramento de suas análises, de modo a garantir uma base mais sólida para suas ações futuras.

No que tange ao espectro das ações empreendidas pelas Centrais, um deslocamento importante foi aquele relacionado à postura das mesmas em sua inserção no debate acerca da Educação Geral e Formação Profissional dos trabalhadores, tema central nos marcos dos processos em curso. Em grande medida, a visão geral anterior ao quadro relativo à reestruturação produtiva era um tanto quanto complacente e tolerante com a exclusividade de empregadores e Estado em relação ao papel da Educação Profissional dos trabalhadores.

No novo contexto em pauta, as Centrais não só questionam a hegemonia do empresariado e do Estado frente à Educação Profissional, como buscam formular alternativas que possibilitem sua participação ativa no processo de reestruturação produtiva. Com este deslocamento, se abriu a discussão sobre quais formas de participação devem ser pleiteadas pelo trabalhadores e seus órgãos representativos. Os trabalhadores, até então à margem das discussões, começam a se credenciar para constituírem-se enquanto terceira parte, onde, durante muito tempo, só houve lugar para duas.

Os recursos que anteriormente eram carreados do Estado para o sistema gerido por ele e pelos empregadores, passaram a ser canalizados também para projetos provenientes das entidades sindicais, garantindo a realização dos mesmos. Notadamente, evidencia-se a disputa das Centrais em torno da participação na discussão sobre os recursos do FAT, bem como sua gestão e utilização. Este cenário possibilitou, de forma mais ostensiva, a inserção dos trabalhadores, com suas diferentes posições, nos debates, definições e ações no campo da Formação Profissional e da Educação Geral em nosso País.

A postura que as Centrais vêm assumindo quanto a sua inserção nos debates, definições e ações no espaço educacional vem acompanhada pela luta das mesmas em relação à cidadania dos trabalhadores. Apesar da sentida diferença de entendimento e prescrições entre elas, as Centrais têm indicado a necessidade da democratização do Estado, e uma maior participação da sociedade civil na orientação e gestão dos rumos das políticas públicas. A indicação muito presente é de que a sociedade possa participar, nos mais diversos níveis, não só da partilha dos recursos e de seus gastos, mas também na própria definição, de forma pública e democrática, da inserção e da participação dos trabalhadores, como cidadãos, neste processo.

Percebe-se, analogamente, que o debate sobre a cisão estrutural entre Educação Geral e

Formação Profissional foi incorporado pelas Centrais, constituindo o centro de gravidade das discussões e propostas estabelecidas na área. É assim que, aos poucos, o conceito de Formação Profissional vai cedendo lugar nas Centrais ao de Educação Profissional, produto da integração ou complementação entre o ensino de natureza generalista e o de cunho específico.

Ações de formação em questão se diferenciam das realizadas anteriormente pelo movimento sindical não só pela inserção em outros campos educacionais, além da formação específica para o trabalho; mas pela tendência de integração da Educação Profissional, em seus diversos planos, a outras ações desenvolvidas — como a Educação de Jovens e Adultos e a Educação Sindical — ; pelo volume de recursos que mobilizam; pelas dimensões quantitativas que atingem, em termos de número de alunos/trabalhadores; e pela abrangência social que assumem, atendendo a empregados, desempregados, jovens, mulheres, sindicalizados ou não e filiados ou não às próprias Centrais.

Finalmente, é possível depreender que os impasses e desafios postos pelo processo de reestruturação produtiva ao movimento sindical e, em particular, à formação do trabalhador, têm levado as Centrais Sindicais brasileiras, mais recentemente, a atuarem de modo incisivo e propositivo no mundo da educação. Esta atuação vem se delineando pela antecipação de propostas no âmbito das políticas públicas, e de intentos de intervenção nas iniciativas empresariais dirigidas à área.

---

## Notas

1 Este artigo foi elaborado tomando por base os resultados da pesquisa "As Centrais Sindicais e os Novos Conceitos de Produção", desenvolvida na Faculdade de Educação da UFRJ, no período de 1998/1999, sob a coordenação da Prof. e Dra. Neise Deluiz, tendo ainda como pesquisadores os professores Donald de Souza (UERJ) e Marco Aurélio Santana (UNI-RIO). Trata-se de um subprojeto da pesquisa "O Papel da Educação face aos Novos Conceitos de Produção", realizada através do convênio FINEP/FNDCT/BID. Uma versão mais detalhada acerca dos resultados da pesquisa em questão encontra-se na obra: SOUZA, Donald de; SANTANA, Marco Aurélio; DELUIZ, Neise. Trabalho e educação: centrais sindicais e reestruturação produtiva no Brasil. Rio de Janeiro: Quartet, 1999. 196 p.

2 Foram selecionadas a CUT, a FS, e a CGT por sua representatividade no cenário político nacional e por serem as únicas entidades sindicais que, atualmente, deliberam no Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (CODEFAT). Foram selecionadas fontes documentais das Centrais, referentes ao período de janeiro de 1995 a março de 1998, em que se identificou uma produção de textos e eventos expressiva sobre a problemática em questão. Somente no caso da FS considerou-se um documento datado de 1993, pelo fato de ainda balizar as ações da Central. Em paralelo, foram realizadas entrevistas qualitativas semi-estruturadas com representantes das Centrais Sindicais, escolhidos, de um lado, por sua contribuição teórica e participação ativa nos fóruns de discussão sobre Formação Profissional e, de outro, por sua importância político-institucional.

3 Informacut. São Paulo: CUT, n. 259, dez. 1995a. 34 p.

4 Entre outros aspectos a Central aponta a "ofensiva patronal sobre o papel dos sindicatos na representação dos trabalhadores e o ataque sobre os sistemas de contratação nacionais (...) responsáveis por estabelecer garantias básicas e fundamentais para o conjunto dos trabalhadores." (CUT, op. cit. p.5).

5 FORÇA SINDICAL (Brasil). Um projeto para o Brasil: a proposta da Força Sindical. 2. ed. São Paulo: Geração Editorial, 1993. 654 p.

6 Na sua visão: "A atual onda de mudança tecnológica, por muitos caracterizada como uma verdadeira revolução, abre grandes possibilidades para o crescimento da produtividade e para o desenvolvimento de novos produtos e mercados." (Força Sindical, op. cit. p. 354-355).

7 CGT. A política educativa da CGT. São Paulo, [1997?]. 30 p.

8 Segundo a CGT (Congresso Nacional da Confederação Geral dos Trabalhadores, 4. Boletim do DIEESE, São Paulo, v. 15, n. 181, p. 19-23, abr. 1996): "Mais do que aprender novas tarefas relacionadas com postos de trabalho particulares, os trabalhadores necessitam de educação e formação para desenvolver uma base de conhecimentos (...). [Desta forma os] desafios profissionais enfrentados pelos trabalhadores têm aumentado seu interesse pela atualização

profissional e pela educação contínua " (op. cit., p. 21). Para a Central, os trabalhadores "seriam os primeiros a entender que sua empregabilidade depende disso" (Id. ibid.).

9 Informacut. São Paulo: CUT, n. 257, set. 1995b. 38 p.

10 Id. ibid.

11 Id. (1995a) op. cit., 34 p.

12 CUT. Resoluções CONCURT, 5. São Paulo, 1994. p. 16-22. Plataforma da CUT.

13 Id. Formação integral: educação e sindicalismo. São Paulo, SP, 1998a. 91 p. Caderno de apoio às atividades de formação do Programa Nacional de Formação de Formadores e Capacitação de Conselheiros — Caderno II.

14 CONGRESSO NACIONAL DA CONFEDERAÇÃO GERAL DOS TRABALHADORES, 4. (1996) op. cit.

15 CUT. Material de apoio I para os cutistas que participam dos Cursos de Longa Duração sobre Reestruturação Produtiva dentro do Programa de Capacitação de Dirigentes e Assessores: PCDA — primeiro semestre — 1998. São Paulo, 1998b. p. 93-95. Ação sindical frente a reestruturação produtiva e a reforma do estado.

16 CONGRESSO Nacional da Confederação Geral dos Trabalhadores, 4. (1966) op. cit.

17 FORÇA SINDICAL (Brasil). (1993) op. cit.

18 CUT. Ação sindical frente a reestruturação produtiva e a reforma do estado. (1988b) op. cit.

19 CONGRESSO Nacional da Confederação Geral dos Trabalhadores, 4. (1966) op. cit.

20 Um dos fóruns mais relevantes de participação institucional do movimento sindical é o Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (CODEFAT). Criado em 1990, o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) é um fundo social, alocado no Ministério do Trabalho (MTb), constituído por recursos arrecadados pelo Programa de Integração Social/Plano de Assistência dos Servidores Públicos (PIS/PASEP) e gerenciado por um Conselho tripartite e paritário, que delibera sobre o melhor uso dos recursos. Por resolução do CODEFAT, a partir de 1994, os estados da federação, para receberem os recursos do FAT destinados ao Sistema Nacional de Emprego (SINE), devem constituir comissões estaduais e municipais tripartites de emprego, que têm por atribuição definir as diretrizes a serem implantadas nos estados e municípios em termos de programas de geração de trabalho e renda e de qualificação profissional.

21 CERUTTI, Marina Silva. As experiências atuais de educação e formação profissional da CGT. São Paulo, 1988. 1 fita cassete (45 min). Entrevista concedida a Neise Deluiz em 08.10.1998.

22 FERREIRA, Carmen Lúcia Evangelho Lopes. As experiências atuais de educação e formação profissional da FS. São Paulo, 1998. 1 fita cassete (75 min). Entrevista concedida a Neise Deluiz em 08.10.1998.

23 LOPES NETO, Sebastião. As experiências atuais de educação e formação profissional da CUT. São Paulo, 1998. 1 fita cassete (90 min). Entrevista concedida a Neise Deluiz em 08.10.1998.

24 CUT. A reestruturação produtiva e as questões de gênero: alguns pontos para a reflexão. São Paulo, 1997a. 5 p. (Papéis de Trabalho do GT-RP CUT, 3)

25 CGT. CGT Mulher, São Paulo, v. 1, n. 1, mar. 1998. 35 p.

26 INFORMACUT. (1995b) op. cit.

27 CGT. A política educativa da CGT. São Paulo, [1997?]. 30 p.

28 CONGRESSO NACIONAL DA FORÇA SINDICAL, 3, [1997], São Paulo. Os novos mercados de trabalho: a educação e a requalificação profissional. São Paulo, [1997?]. 6 p. (mimeo).

29 INFORMACUT. (1995b) op. cit.

30 Id. ibid., p. 21.

31 A Central pondera, ainda, que as inovações tecnológicas, assim como o conjunto de métodos e técnicas de organização e gestão do processo produtivo moderno, encontram-se marcados pela "lógica da exclusão" (CUT (1995b) op. cit., p. 20), caracterizados pelo aumento do desemprego estrutural, pelo crescimento do emprego precário e pelo enfraquecimento do poder sindical: "O que parece estar ocorrendo é a divisão do mercado de trabalho em um segmento estável e com relativo nível de qualificação e, outro segmento instável e pobremente qualificado que tem de contar com emprego legalmente inseguro. Além disso, os estudos indicam a diminuição do emprego estável e o aumento dos

trabalhos fragmentários e instáveis." (Id. ibid. p. 21).

32 Id. ibid., p. 22.

33 CUT. A formação e os desafios da CUT. São Paulo, 1996a. p. 6-19. (mimeo). Relatório do Seminário Nacional sobre Formação Profissional.

34 CUT (1995b) op. cit., p. 20.

35 Id. ibid.

36 No que concerne à organização dos projetos no campo da Reconversão Profissional, a Central recomenda a seus sindicatos que busquem o apoio das Escolas Técnicas e das universidades públicas, quer para a elaboração de programas conjuntos, quer para o aproveitamento da infra-estrutura física e pedagógica disponível — equipamentos, oficinas, laboratórios e centros tecnológicos (CUT (1995b) op. cit.).

37 CUT (1966a) op. cit., p. 6-19.

38 Id. (1995b) op. cit..

39 Id. ibid., p. 22.

40 Id. ibid., p. 27.

41 Id. ibid., p. 18.

42 Id. ibid.

43 Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte (SENAT), Serviço Social do Comércio (SESC), Serviço Social da Indústria (SESI), Serviço Social do Transporte (SEST), etc.

44 CONGRESSO NACIONAL DA CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES, 6, 1997, São Paulo. Resoluções e registros. São Paulo, 1997b. 128 p.

45 Nesta linha, para a Central, dar-se-ia a construção crítica da relação trabalho-educação, cuja essencialidade para a CUT reside na contraposição de todas as formas de exploração do homem, com vista à constituição de novas relações sociais. Trata-se de construir, portanto, uma escola que se oponha à visão reducionista e utilitarista da Educação e da Formação Profissional.

46 "Nessa medida, defendemos a manutenção das escolas técnicas estaduais e federais. No atual estágio de desenvolvimento do País, torna-se imprescindível a existência de uma variada rede de escolas técnico-profissionais, agrícolas e comerciais visando a formação de profissionais para todos os setores da economia." (CUT (1995b) op. cit., p. 21).

47 CUT. Plano nacional de formação —1998. São Paulo, 1998c. p. 5.

48 Id. (1998a) op. cit.

49 Id. (1998c) op. cit., p. 5.

50 Este projeto é produto de um convênio estabelecido entre a CUT nacional e a Secretaria de Formação e Desenvolvimento Profissional / Ministério do Trabalho (SEFOR/MTb), visando o desenvolvimento de metodologias voltadas para a Educação Profissional no Brasil. Contando com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), é coordenado pela Secretaria Nacional de Formação (SNF) da CUT e executado pela Rede de Formação da CUT, através das sete Escolas de Formação da entidade e das CUTs Estaduais.

51 O projeto em questão é composto por três programas distintos, porém vinculados entre si. Um primeiro programa visa articular as ações e projetos desenvolvidos pela Central no campo da Requalificação Profissional, voltado para a constituição de uma política pública de emprego. Um segundo, denominado Programa de Capacitação de Conselheiros das Comissões Estaduais e Municipais de Trabalho e Emprego, objetiva fortalecer as comissões tripartites de trabalho e emprego e a atuação dos representantes dos trabalhadores, contribuir com a construção de alternativas concretas de geração de emprego e renda e favorecer a construção de uma política pública de trabalho e emprego no país. Por fim, o Programa de Formação de Formadores para a Educação Profissional visa contribuir para o desenvolvimento de uma pedagogia alternativa de Formação Profissional; promover a formação integral de Formadores em Educação Profissional; concorrer para a qualificação de experiências de formação profissional desenvolvidas no âmbito do sindicalismo da entidade e cooperar com a capacitação propriamente dita dos Formadores da Rede Nacional de Formação da CUT(1998c) op. cit.

52 CUT. CNM. Programa integrar: formação e qualificação para o trabalho. São Paulo, jun. 1998, 48p.

53 Na visão do representante da CUT, trata-se do projeto mais importante da Central: "(...) é o carro-chefe da política da CUT. (...) é o projeto que levou em conta que sessenta e oito por cento [dos trabalhadores] começam a trabalhar com menos de quatorze anos, e oitenta e sete por cento com menos de dezessete." Não obstante, o representante da CUT aponta algumas críticas que são feitas ao Programa Integrar, como o fato de não estar voltado, exclusivamente, para os metalúrgicos, e por ser um projeto que, em sua fase inicial, atinge uma população heterogênea, entre trabalhadores, desempregados, jovens, e pessoas da comunidade (LOPES NETO, (1998) op. cit.)

54 Além do Programa Integrar, a CUT desenvolve outras atividades destinadas ao aumento do nível de escolaridade dos trabalhadores, inclusive a diminuição de analfabetismo, e que também se diferenciam das propostas pedagógicas da rede formal. De acordo com o representante da CUT (LOPES NETO, (1998) op. cit.), trata-se do Projeto Seringueira no Acre, voltado para a educação e saúde com os agentes leigos; da Escola-Família Agrícola no Espírito Santo, que utiliza a pedagogia da alternância; da experiência do Movimento dos Sem Terra, com a formação de técnicos-cooperativistas; e do Conselho de Escolas dos Trabalhadores, que congrega várias escolas com uma plataforma de ação em comum.

55 CGT. A política educativa da CGT. São Paulo, [1997?]. 30 p.

56 "É parte do 'novo papel' posto aos sindicatos, não apenas diagnosticar os 'vácuos', as dificuldades enfrentadas pelos trabalhadores no contexto produtivo atual, mas, principalmente, lançar proposições que dêem conta de recolocar questões que permeiam o cotidiano do trabalhador-cidadão." A política educativa da CGT ([1997?]) op. cit., p. 5).

57 Id. *ibid.*, p. 6.

58 Id. *ibid.*, p. 5.

59 Id. *ibid.*

60 Id. *ibid.*, p. 7.

61 Id. *ibid.*, p. 14.

62 Id. *ibid.*, p.10.

63 Para a entidade, estas exigências são consideradas possíveis de serem atingidas pela via da Educação Básica justamente pelo fato de que "a capacidade de aprender e os instrumentos e desenvolvimento das habilidades básicas" (Id. *ibid.*, p. 5) são adquiridos naquele nível de ensino.

64 Id. *ibid.*, p.23.

65 CONGRESSO Nacional da Confederação Geral dos Trabalhadores, 4. Boletim do DIEESE. São Paulo, v. 15, n. 181, p. 19-23, abr. 1996.

66 SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial), SENAC (Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial) e SENAR (Serviço Nacional de Aprendizagem Rural).

67 Além disso, a entidade defende que "Os sindicatos devem levar as empresas a assumir também sua parcela na responsabilidade pela qualificação. Os sindicatos devem levar para a mesa de negociação propostas de educação profissional contínua dos trabalhadores, a serem custeadas com fundos das empresas. Essa é uma forma de atuação que se desenvolveu com sucesso nos países industrializados." (CGT (1996) op. cit., p. 23).

68 DIEESE. Formação profissional: um novo espaço de negociação. Pesquisa DIEESE, São Paulo, n. 14, maio. 1998. 57 p.

69 A política educativa da CGT ([1997?]) op. cit.

70 No que se refere ao Programa de Desenvolvimento Profissional Contínuo — PDPC, a representante da CGT afirma que ele vem qualificando trabalhadores, tendo em vista a sua atualização profissional. É importante destacar, ainda, que a representante da CGT considera o PDPC um programa inovador, especialmente em função da carga horária que possui, podendo chegar a cerca de 4 anos. Entende que este tipo de atualização é o único capaz de fazer face às mudanças rápidas no mercado de trabalho (CERUTTI, (1998) op. cit.)

71 É por intermédio destes organismos que são esperadas pela CGT: as articulações regionais com outras instâncias públicas ou privadas que atuam na área de capacitação profissional, o levantamento de informações sobre as realidades regionais dos mercados de trabalho, bem como a identificação específica dos interesses profissionais e sindicais dos trabalhadores.

72 Sobre a Educação Sindical da CGT, veja-se A política educativa da CGT ([1997?]) op. cit., e SOUZA, Donaldo Bello

de; SANTANA, Marco Aurélio; DELUIZ, Neise. Trabalho e educação: Centrais sindicais e reestruturação produtiva no Brasil. Rio de Janeiro: Quartet, 1999.

73 CONGRESSO NACIONAL DA FORÇA SINDICAL, 3, ([1997]) op. cit., p. 1.

74 Segundo a Central, "Nesse contexto, aumenta a importância da formação profissional e da escolaridade básica, como fatores imprescindíveis para a 'empregabilidade'. A qualificação do trabalhador passa então a ser condição fundamental para se fazer frente às transformações decorrentes do processo de globalização dos mercados. É preciso garantir maior qualidade dos produtos e aumentar a produtividade, para que os preços possam baixar e competir no mercado internacional globalizado." (CONGRESSO NACIONAL DA FORÇA SINDICAL, 3, [1997] op. cit., p. 1).

75 É necessária a elaboração, implantação e execução de uma política pública de educação profissional que permita atender às necessidades de formação para o ingresso, a permanência e o reingresso dos trabalhadores no mercado de trabalho; e integrada a uma política educacional e a uma política de emprego vinculadas a políticas regionais de desenvolvimento." (CONGRESSO NACIONAL DA FORÇA SINDICAL, 3, [1997], op. cit., p. 3).

76 CONGRESSO NACIONAL DA FORÇA SINDICAL, 3, [1997], op. cit.

77 Id. *ibid.*, p. 5.

78 Tal posicionamento, sintonizado com vertentes que defendem o atrelamento da educação às demandas pontuais do mundo produtivo, é reforçado pela instituição através de críticas ao modelo oficial de ensino e à qualidade da escola pública básica no Brasil: "precária, deficiente e inadequada à realidade" (CONGRESSO NACIONAL DA FORÇA SINDICAL, 3, [1997], op. cit., p. 2).

79 Como exemplo das instituições em questão, a FS aponta para a Central Internacional da Força Sindical; a Organização Internacional do Trabalho (OIT); o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF); os Governos Municipais, Estadual e Federal; as Organizações não Governamentais (ONGs) e as Centrais Sindicais estrangeiras. No tocante à OIT, a FS toma suas Convenções e Recomendações de modo a orientar as formulações e ações da Central nos campos do Serviço Público de Emprego, da Formação Profissional e da consulta tripartite, advogando que "(...) a OIT se constitui em um fórum privilegiado das relações de trabalho no mundo todo" (FORÇA SINDICAL (Brasil). Perspectivas e alternativas para uma nova ação sindical em uma nova ordem política, econômica e social. São Paulo, 1998b. p. 3).

80 CONGRESSO NACIONAL DA FORÇA SINDICAL, 3, [1997], op. cit., p. 1.

81 "Deve ser, portanto, um dos elementos do processo de renegociação entre trabalhadores e empregados. Devemos incentivar acordos bipartites (entre trabalhadores e empregadores) e tripartites, que permitam caminhar no sentido de construir programas de qualificação e requalificação profissional dirigidos a trabalhadores desempregados ou não, jovens e adultos, deficientes ou não e, que contemplem as questões de gênero, garantindo a igualdade de oportunidades, uma vez que reconhecemos que tal igualdade passa, sobretudo, pela igualdade no acesso à formação e à informação." (CONGRESSO NACIONAL DA FORÇA SINDICAL, 3, [1997], op. cit., p. 4).

82 Assim sendo, a Central se propõe a estabelecer metas flexíveis e, a curto prazo, destinadas à elevação do nível médio de escolaridade dos trabalhadores, caracterizadas por ações tanto em nível das empresas, quanto em nível dos setores e da nação. Neste último caso, de modo que venha envolver todos os segmentos organizados da sociedade. Considerando o conjunto de metas propostas na área, a FS declara objetivar a elevação do nível médio de escolaridade dos trabalhadores para seis anos, e diminuir em 25% a taxa de analfabetismo. A redução do analfabetismo significa para a entidade alfabetizar cerca de um milhão de trabalhadores por ano e, de acordo com as propostas do MTb/SEFOR, estimular o sistema de parcerias para o avanço conceitual dos planos de qualificação profissional. Face a estas metas, a entidade reconhece que são muitas as dificuldades em se estabelecer um único modelo que dê conta da diversidade das categorias profissionais e da heterogeneidade regional do país. Sugere que se busquem vários modelos, de modo que se atenda em específico a pluralidade de situações existentes (CONGRESSO NACIONAL DA FORÇA SINDICAL, 3, [1997], op. cit.).

83 FORÇA SINDICAL (Brasil). (1998b) op. cit., 5 p.

84 Id. *ibid.* p. 4.

85 Id. Força Jovem. São Paulo, set. 1998a. 4 p.

86 FERREIRA, Carmen Lúcia Evangelho Lopes. (1998) op.cit.

87 FORÇA SINDICAL (Brasil). (1998a). op. cit.

88 Com relação ao Projeto Tendências da Reconversão Profissional na Grande São Paulo, a FS vem desenvolvendo



uma metodologia que permita a identificação das tendências em questão, de natureza qualitativa, pautada, principalmente, em consultas às lideranças sindicais e empresariais. O Projeto Banco de Informações sobre Formação Profissional tem por objetivo traçar o perfil dos trabalhadores atendidos pelo Programa de Educação Profissional propriamente dito, já tendo sistematizado cerca de 70.000 fichas de trabalhadores. O Projeto Centro de Apoio e Referência ao Emprego, segundo a representante da FS, é na realidade um balcão de serviços, voltado para a sistematização de informações que apoiam a inserção do trabalhador no mercado de trabalho: como tirar a carteira de identidade, como tirar o Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), o que é o Programa de Interação Social (PIS), como recebê-lo, como comportar-se numa entrevista, como se faz um currículo. O quarto projeto, Negociação das Novas Competências, pretende ao final definir um programa de Formação Profissional para o setor metalmeccânico, explicitando o conjunto das Competências demandadas, de forma negociada entre trabalhadores e empresariado. A Central espera que o resultado deste projeto venha interferir, de modo efetivo, nos cursos do SENAI voltados para o setor, já que as definições do programa decorrem não apenas das expectativas dos trabalhadores, mas também das demandas empresariais. O Projeto Educação e Trabalho foi iniciado e desenvolvido, em 1997, com a Federação dos Metalúrgicos. O objetivo foi sensibilizar os dirigentes sindicais para a questão da educação, de modo que os mesmos possam intervir nas políticas educacionais e nos Conselhos Municipais da Educação. O Projeto Capacitação de Dirigentes para a Orientação Profissional é um projeto considerado pela representante da Central (FERREIRA (1998) op. cit) como uma ação extremamente nova, já que a orientação profissional, tradicionalmente, esteve centrada na escola e a FS pretende, agora, centrá-la na empresa. Com relação ao Projeto Desenvolvimento de Metodologia para Elaboração de Material Didático, a representante da Central informa sobre as dificuldades de sua implementação: "(...) na realidade nós não queremos elaborar o material didático, nós queremos ter uma metodologia que se possa repassar para os Sindicatos, [para que] eles elaborem com a 'cara' deles, do jeito deles, com a linguagem deles". O Projeto Formadores de Gerenciadores de Projetos de Formação Profissional objetiva a capacitação dos dirigentes sindicais para o gerenciamento de projetos no interior de seus Sindicatos, assim como para a discussão de suas questões e compreensão de que este projeto está vinculado a um programa maior (FERREIRA (1998) op. cit.)

89 Foram previstos, para 1998, cinco Seminários: Ações Sindicais para a Orientação Profissional dos Jovens; A Negociação da Formação Profissional; As Novas Competências Laborais e a Certificação, Educação e Trabalho; e Educação Profissional: A Participação Institucional dos Trabalhadores (FORÇA SINDICAL (Brasil). Secretaria Nacional de Formação. São Paulo, [1996?]. 6 p. (mimeo). Estes seminários foram realizados em várias partes do país e depois sistematizados em nível nacional.

90 CUT. (1995b) op. cit.

91 Para a Central, esses deveriam integrar-se ao Sistema Nacional de Educação de modo que viessem atender às demandas permanentes de qualificação de jovens e adultos, empregados e desempregados, através de três tipos básicos de atividades: o ensino profissional para jovens e adultos em idade escolar, o ensino profissional como parte da educação continuada e o ensino destinado à atualização científica, artística e cultural.

92 CONGRESSO NACIONAL DA CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES, 6, (1997b) op. cit.

93 Programa que visa retirar do mercado de trabalho todas as crianças e adolescentes (no mínimo até 14 anos) e ao mesmo tempo garantir, integralmente, a sua presença nas escolas.

94 A Política educativa da CGT ([1997?]) op. cit., p. 23.

95 Programa dirigido aos segmentos de alfabetização e de suplências dos antigos ramos de 1º e 2º graus e, ainda, integrado às ações da Central nos campos da Educação/Formação Profissional e de Formação Sindical

96 FORÇA SINDICAL (Brasil) (1996) op. cit.

97 Formulações mais próximas da área em questão são possíveis de serem percebidas nos programas da Central dedicados à capacitação sindical de jovens (FORÇA SINDICAL (Brasil), 1996; 1998a; 1998c, op. cit.).

98 Esses vínculos exprimem a compreensão por parte das Centrais de que a Educação Sindical não deve se restringir ao âmbito das temáticas tradicionais relativas ao conflito capital-trabalho, devendo, portanto, abarcar o conjunto de dimensões relativas à formação do trabalhador.

99 CUT (1998c) op. cit., p. 5.

100 São exemplos destas iniciativas o Projeto CUT/CONTAG de Pesquisa e Formação Sindical, o Projeto Pesquisa e Formação Sindical — CUT/FINEP, o Programa de Capacitação de Conselheiros das Comissões Estaduais e Municipais de Trabalho e Emprego e o desenvolvimento da Escola Temática- Metodológica (ETM/ORIT) (CUT (1998c) op. cit.).

101 A política educativa da CGT, [1997?], op. cit.

102 FORÇA SINDICAL (Brasil). Secretaria Nacional de Formação. São Paulo, SP, [1996?], 6 p. (mimeo).

103 Em termos específicos, distingue-se o Projeto de Capacitação e Orientação Profissional para Jovens, articulado ao incentivo de dirigentes sindicais filiados, com idade inferior a 35 anos, no campo da capacitação e orientação profissional, isto segundo as Recomendações da OIT (FORÇA SINDICAL (Brasil). 1998a; 1998c, op. cit.)

104 CUT. (1998c) op. cit., p. 5.

---

| [Voltar](#) |

---